**Política de Privacidade - RGPD**

A AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, com sede na Rua D. Pedro V, 108 - 2º Andar, 1269-128 Lisboa, é a entidade responsável pela recolha, tratamento e conservação, direta, digital e presencialmente dos dados e dispõe de uma Política de Privacidade:

a) Que é dada a conhecer na internet, no seu website, a qual é possível aceder neste [**link**](https://ajap.pt/) e informa o modo como recolhe, trata e utiliza os dados pessoais;

b) Que a sua estrutura organizativa está concebida para dar cumprimento ao

regime legal de proteção de dados pessoais e que garante a adoção de

medidas de segurança para proteção de dados pessoais;

c) Que reúne as condições necessárias e se compromete a dar cumprimento ao

regime de proteção de dados pessoais, caso venha a ser designada entidade

subcontratante do IFAP, I.P., nomeadamente a Política de Privacidade do IFAP

e a Norma de Procedimentos relativa procedimentos a observar pelas

entidades subcontratantes no âmbito do tratamento de dados pessoais por

conta do IFAP, I.P.

A AJAP designou um Encarregado da Proteção de Dados, que os titulares de dados pessoais podem contactar, utilizando, para o efeito, o seguinte contacto:

Endereço de Correio eletrónico: diretor.geral.ajap@gmail.com

A AJAP assume o compromisso de utilizar os seus dados apenas para as finalidades definidas e de forma clara, adotando diversas medidas de segurança de caráter técnico e organizativo, de forma a proteger os dados pessoais que são disponibilizados, contra a sua divulgação, perda, uso indevido, alteração, tratamento, acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Os dados pessoais podem ser recolhidos nas seguintes circunstâncias:

a) Para efeitos de celebração e execução de contrato;

b) Através das plataformas digitais, aquando de um pedido de proposta, orçamento, reunião, formação ou de esclarecimento;

 c) Aquando da subscrição das newsletters da AJAP, com o devido consentimento;

d) Aquando da participação em eventos, conferências, workshops ou formações, organizados pela AJAP, ou por parceiros;

e) Aquando da inscrição como formando, podendo fazê-lo através da plataforma digital, ou presencialmente;

f) Aquando da inscrição na bolsa de formadores.

Os dados recolhidos são os seguintes:

- Dados de identificação (como sejam, nome, morada, data de nascimento, contactos, número de contribuinte, dados do cartão de cidadão, nacionalidade, etc.);

- Dados académicos e da sua experiência profissional (como sejam, educação, qualificações, certificações, línguas, currículo);

- Dados profissionais (como sejam, cargo, função, empresa, morada da empresa, atividades de negócio desenvolvido);

- Dados de faturação e despesas (como sejam, identificação fiscal, honorários, despesas);

- Dados de registo de imagem e som (como sejam, imagens fotográficas e de vídeo).

Os dados pessoais são tratados pela AJAP com uma finalidade específica e legítima, a seguir indicadas, e que são determinadas no momento da sua recolha. Pelo que estes dados não serão tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades. A exceção poderá verificar-se para efeito de arquivo de interesse público, investigação científica ou histórica ou ainda para fins de natureza estatística, casos estes em que, nos termos do RGPD, essa incompatibilidade não se verifica.

Caso ocorra a necessidade imposta pelo serviço prestado de se proceder à recolha e tratamento de categorias especiais de dados pessoais (“dados sensíveis”), este tratamento apenas será efetuado de acordo com as exceções previstas no artigo 9º, n.º 2 do RGPD.

Os dados pessoais recolhidos, serão tratados com as seguintes finalidades:

a) Gestão Contabilística, Fiscal e Administrativa;

b) Gestão de Recursos Humanos, incluindo seleção de pessoal e recrutamento, processamento de remunerações, formação profissional, gestão de sanções disciplinares;

c) Cumprimento de obrigações legais, para efeitos de pagamento de contribuições ou recebimento de subsídios públicos, estatais e/ou comunitários.

d) Para prestação de serviços ou informações solicitadas;

e) Para gestão da relação contratual e sua execução, cumprindo com as disposições legais obrigatórias e a partilha com as entidades legais impostas (como sejam: Sistemas de Certificação, Entidades Certificadoras, Sistema de Informação do Fundo Social Europeu, Confederação dos Agricultores de Portugal, Centros Qualifica, Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa);

f) Para envio de ações promocionais ou ofertas especiais em nome da AJAP ou em nome de empresas do grupo e parceiros de marketing, neste caso, com o consentimento do cliente;

g) Para otimização da visita e da navegabilidade no website.

A AJAP conserva os dados pessoais dos titulares apenas durante o período estritamente necessário à prossecução da finalidade para a qual estes foram recolhidos, excetuando os que a lei obriga, sempre de acordo com a legislação em vigor. Sendo que o período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados é determinado pela finalidade para a qual a informação é tratada, pelo que pode variar.

Nos casos em que não exista um prazo legal de conservação, os dados serão armazenados e conservados, apenas pelo período mínimo necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha e posterior tratamento, findo o qual, os mesmos serão alvo de tratamento adequado, através da destruição ou anonimização.

Para o tratamento baseado no consentimento do titular, estes dados serão armazenados até que o titular dos dados manifeste a sua oposição.

O prazo dos respetivos dados poderá ser prolongado, por motivos de ação judicial, até ao trânsito em julgado da sentença.

A AJAP, no caso de o cliente ser uma pessoa coletiva, por forma a poder cumprir as suas obrigações contratuais, poderá necessitar de recolher alguns dados pessoais (nome, email e telefone) do representante ou colaborador dessa empresa, para efeito exclusivamente de permitir a boa execução desse contrato, devendo, neste caso, o cliente/fornecedor pessoa coletiva garantir que os dados recolhidos dos seus representantes/colaboradores são recolhidos e transmitidos à AJAP, de forma lícita, devendo conferir aos titulares dos dados pessoais, seus representantes ou colaboradores, o direito à informação sobre o tratamento desses dados.

A AJAP nunca transmitirá os seus dados pessoais a terceiros, exceto no caso em que as autoridades de Estado, judiciais ou policiais, assim o exijam e sempre de acordo com a lei em vigor.

Para as finalidades, enumeradas acima os seus dados poderão ser:

a) Facultados ao Sistema de Certificação de entidades formadoras, para uma possível auscultação sobre as ações de formação;

b) Facultados à Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), enquanto entidade gestora de Candidatura Integrada de Formação (CIF);

c) Facultados a Entidades Certificadoras para efeitos de homologação da ação de formação;

d) Transmitidos através do Sistema de informação do Fundo Social Europeu (SIFSE);

e) Transmitidos a Centros Qualifica, Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa

f) Transmitidos a Entidades beneficiárias e/ou promotoras de projetos cofinanciados;

Os fornecedores, prestadores de serviços ou subcontratantes da AJAP, estão sujeitos contratualmente aos mesmos termos e condições de tratamento de dados pessoais que esta, encontrando-se proibidos de utilizar, transferir, divulgar ou registar os dados pessoais do titular de dados, para qualquer outra finalidade que não aquela para a qual foram especificamente contratados (ou sem o seu consentimento, conforme aplicável).

A AJAP apenas transferirá os seus dados para um país terceiro situado fora do EEE após uma cuidadosa verificação e/ou a celebração de um contrato com garantia específica, de que o referido terceiro:

a) Previne as salvaguardas adequadas quanto ao nível de proteção dos seus dados pessoais e do seu tratamento;

b) Informa devidamente o titular dos dados, às quais são pertenças;

c) Assegura que o exercício dos seus direitos na qualidade de titular dos dados é garantido;

 d) Prevê formatos de recurso jurídico eficazes para disponibilizar ao titular dos dados.

A AJAP não é responsável por práticas de privacidade de terceiros, cujos websites tenham uma hiperligação para o website da AJAP, não podendo garantir que os conteúdos e informações que ali constem estejam de acordo com o novo regulamento de proteção de dados, sendo de todo aconselhado a leitura das políticas de privacidade desses websites.

A AJAP garante a aplicabilidade e cumprimento de todos os direitos do titular dos dados pessoais previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados e legislação nacional em vigor, nomeadamente:

a) Direito de Acesso

b) Direito de Retificação

c) Direito ao apagamento dos dados/direito ao esquecimento

d) Direito à Limitação do Tratamento

e) Direito de Portabilidade dos dados

f) Direito a alterar o Consentimento

g) Direito de Oposição

Os titulares de dados poderão exercer os seus direitos de forma gratuita, exceto se se tratar de um pedido manifestamente infundado ou excessivo, caso em que poderá ser cobrada uma taxa razoável tendo em conta os custos.

A AJAP responderá aos pedidos no prazo máximo de 30 dias, salvo nos casos de pedidos de maior complexidade.

Tais direitos poderão ser exercidos através dos seguintes endereços:

Carta: Rua D. Pedro V, 108 – 2º Andar,1269-128 Lisboa,

Correio eletrónico: ajap@ajap.pt

A AJAP implementou medidas de segurança físicas, tecnológicas e organizativas adequadas à proteção dos seus dados pessoais de forma a proteger os dados pessoais disponibilizados contra a sua divulgação, perda, uso indevido, alteração, tratamento ou acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

A AJAP dotou o seu sistema informático com níveis de segurança de dados e com um elevado nível de confiança a eventos acidentais ou a ações maliciosas ou ilícitas que comprometam a disponibilidade, a integridade e a confidencialidade dos Dados Pessoais conservados ou transmitidos.